

MANIFESTO

CLIMA É SAÚDE, SAÚDE É CLIMA

A crise climática é uma crise de saúde. As [evidências científicas](#) são claras, assim como a experiência concreta de bilhões de pessoas ao redor do mundo que estão sofrendo diariamente seus efeitos de diversas formas, especialmente na saúde.

O aquecimento global se manifesta na intensificação e maior frequência de eventos climáticos extremos, como chuvas e enchentes sem precedentes, deslizamento de terras, ondas de calor, secas prolongadas e incêndios florestais. Esses eventos impactam direta e indiretamente a saúde das comunidades ao alterarem o perfil epidemiológico e a carga global de doenças, provocando o aumento de enfermidades cardiorespiratórias, afetando a saúde mental, gerando a insegurança alimentar, o aumento de doenças transmitidas pela água, por vetores e outros agravos infecciosos. O Banco Mundial prevê que a mudança do clima pode ocasionar [21 milhões de mortes adicionais até 2050 causadas por 5 fatores](#): calor extremo, atrasos no crescimento, diarreia, malária e dengue. Ao mesmo tempo, pressiona o Complexo Econômico-Industrial da Saúde e a infraestrutura assistencial, em todos os níveis da atenção, afetando a produção e a distribuição de vacinas, de medicamentos e de insumos estratégicos, bem como a segurança logística, hídrica e energética, fragilizando a capacidade de resposta do setor à crescente demanda por cuidados de saúde e comprometendo a garantia do direito à saúde.

As mudanças do clima atingem a saúde de todos, mas suas consequências são significativamente mais danosas para as populações mais vulnerabilizadas, tanto nas cidades quanto nas áreas rurais e nos ecossistemas impactados pela mudança de uso do solo e pela poluição. Indígenas, Quilombolas, ribeirinhos, idosos, crianças (inclusive as que ainda não nasceram), mulheres, pretos e pardos e trabalhadores em situações de maior exposição aos riscos integram esses grupos populacionais mais vulneráveis à crise climática. Muitos deles são justamente aqueles que menos contribuem para a origem do problema. Soma-se a isso, como uma camada extra de desafios, a falta de acesso aos serviços de saúde, saneamento e assistência social. Por tudo isso, a adaptação climática socialmente justa precisa priorizar a equidade em saúde.

Em 2024, os impactos das mudanças climáticas ficaram evidentes no Brasil, que registrou o ano mais quente de sua história desde o início das medições do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), em 1961. A tragédia climática no Rio Grande do Sul, as secas sem precedentes na região Norte, conjugadas com queimadas na floresta e no campo, para além da mais intensa epidemia de dengue já vivida no país, são eventos que demonstraram a vulnerabilidade da saúde das populações e da infraestrutura assistencial em relação a essa crise. Ficou evidente a importância do estabelecimento de uma resposta robusta do setor saúde frente à crise climática no Brasil para que se construa um setor resiliente e que possa, concomitantemente, se adaptar e responder às emergências, ao passo que

promova também uma operação sustentável, de baixo carbono, reduzindo suas próprias emissões, que representam [4,4% das emissões nacionais](#).

A crise climática tem sua origem nos processos produtivos insustentáveis que produzem intensa nocividade aos ecossistemas e alteram as dinâmicas da biosfera, a exemplo da queima de combustíveis fósseis, que, além de aumentar a temperatura média do planeta, é responsável pela maior parte da poluição do ar — [causa de morte de 8 milhões de pessoas em todo o mundo, só no ano de 2021](#). Ao mesmo tempo, no Brasil, o desmatamento pela pecuária e pela ampliação das fronteiras agrícolas, associado à pulverização aérea de herbicidas, reduz intensamente a biodiversidade da flora e da fauna e a capacidade de restauração dos ecossistemas. Somam-se a esses fatores as mudanças de uso da terra. Esses têm sido, no contexto brasileiro, os maiores responsáveis dos condicionantes nacionais, que impactam severamente os modos de vida tradicionais e a saúde de populações Indígenas, Quilombolas, ribeirinhas, de trabalhadores do campo, dentre outras. Assim, enfrentamos uma tripla crise planetária — a crise climática, a perda da biodiversidade e a poluição.

Os impactos das mudanças climáticas na saúde só crescerão se as emissões mundiais se mantiverem, ou pior, continuarem a crescer. Para atuar frente a essa crise e proteger nossa saúde e nosso bem-estar, é necessário um conjunto de mudanças que abarcam a transição rápida para energia renovável e limpa, o transporte público e sustentável e o uso sustentável da terra, além do combate às desigualdades sociais. Enquanto os países mais ricos do mundo foram e são os maiores responsáveis pelas mudanças climáticas e devem tomar ações amplas para sua mitigação, o Brasil pode — e deve — ajudar a liderar essa transformação.

Nós, organizações e indivíduos signatários deste manifesto, acreditamos que as soluções para a saúde podem ser soluções para o clima. Ao reconhecermos que “Clima é Saúde, Saúde é Clima”, estamos construindo uma proposta de mudança e incorporação, em cima da rica história do setor saúde em nosso país na busca por justiça e equidade, fazendo eco ao lema “Democracia é Saúde, Saúde é Democracia”, que foi central durante o estabelecimento de saúde como um direito do cidadão e um dever do Estado, na Constituição de 1988. Nós acreditamos que, no contexto atual, “Clima é Saúde, Saúde é Clima” significa esforçarmo-nos para a obtenção dos objetivos conectados entre equidade em saúde e justiça social e climática.

Nós também reconhecemos que nossos esforços, no Brasil, são parte de um crescente movimento internacional de profissionais, organizações e sistemas de saúde que estão defendendo uma ampla ação climática ao redor do mundo com o objetivo de promover a transição justa e o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Como parte desta concertação global, estamos comprometidos a:

- Agir para a proteção da saúde das pessoas frente aos riscos impostos pelas mudanças climáticas, buscando a equidade frente a grupos mais vulneráveis e expostos.
- Educar e capacitar profissionais, trabalhadores da saúde, estudantes de cursos da saúde sobre como enfrentar os impactos das mudanças climáticas.
- Respeitar e contribuir para a proteção da integridade e o conhecimento de comunidades e povos tradicionais, incluindo os saberes sobre plantas medicinais e sobre os ambientes nos quais essas populações vivem de modo centenário como soluções práticas para o enfrentamento da crise climática.
- Elevar nossas vozes e usar nossa credibilidade junto à comunidade para comunicar a urgência da crise e as soluções que protegem a saúde e o clima.
- Produzir e divulgar dados e evidências sobre os impactos (inclusive econômicos) do clima na saúde e sobre os benefícios, para o setor, das medidas de mitigação e adaptação.
- Considerar os conceitos de Saúde Planetária e Saúde Única como norteadores para governança, ações e políticas de integração clima-saúde.
- Apoiar a implementação do Plano de Adaptação Climática, em especial no setorial de Saúde, e do Plano de Ação de Belém sobre Saúde e Clima.
- Elaborar e implementar planos de descarbonização dos serviços de saúde, monitorando e reduzindo suas emissões de Gases de Efeito Estufa.
- Apoiar a transformação ecológica no Complexo Econômico e Industrial da Saúde para proteger e promover o desenvolvimento da capacidade produtiva nacional, ao mesmo tempo, alinhando sua trajetória com o *net-zero* e com o Acordo de Paris.
- Defender a adaptação para uma transição justa, com inclusão digital e incorporação de ferramentas de telessaúde, como componente essencial da continuidade do cuidado.
- Construir e apoiar políticas e medidas que viabilizem a adaptação de sistemas e de serviços de saúde frente aos impactos das mudanças climáticas, como o aumento de eventos climáticos extremos e de doenças crônicas e transmissíveis sensíveis ao clima.
- Construir sistemas de saúde resilientes, de tal forma que as organizações e instalações de saúde estejam mais bem equipadas e adaptadas para suportar os impactos das mudanças climáticas, ao passo que reduzam suas próprias emissões e impactos.
- Fortalecer os sistemas de vigilância em saúde e a capacidade de resposta precoce aos impactos de eventos climáticos extremos.
- Fazer uso do financiamento climático para a saúde e do financiamento da saúde para o clima.
- Integrar políticas, ações e dados com outros setores como Meio Ambiente, Infraestrutura, Transportes, Energia, Agricultura e outros, para assegurar a integração da saúde na ação climática mais ampla.
- Defender a redução do uso de agrotóxicos na produção agrícola para a proteção da biodiversidade e da saúde humana. Apoiar a agroecologia como uma estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas.

- Fortalecer a atuação da saúde para a promoção da justiça intergeracional para assegurar direitos das futuras gerações.
- Apoiar a estratégia de prevenção das causas primárias das mudanças climáticas, contribuindo para uma transição energética em direção à energia renovável, e para o uso sustentável e justo do solo em direção à equidade em saúde e à justiça climática.